



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Antônio Carlos

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### Redação Final ao Projeto de Lei nº 138/12

Denomina Colégio Estadual  
Professora Algate Lickfeld Maus -  
Ensino Fundamental e Médio, o  
Colégio Estadual do Guarituba,  
localizado no Município de  
Piraquara.

**Art. 1º** Fica denominado Colégio Estadual Professora Algate Lickfeld Maus - Ensino Fundamental e Médio, o Colégio Estadual do Guarituba, localizado no Município de Piraquara.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 22 de outubro de 2012.

ALEXANDRE CURI  
Deputado Estadual

RELATOR



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### Redação Final ao Projeto de Lei nº 182/12

Declara de Utilidade Pública o  
Instituto Educacional Dom Bosco,  
com sede e foro no Município de  
Guarapuava.

**Art. 1º** Fica declarado de Utilidade Pública o Instituto Educacional Dom Bosco, com sede e foro no Município de Guarapuava.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 20 de outubro de 2012.

ALEXANDRE CURI  
Deputado Estadual

RELATOR



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Antônio Carlos

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### Redação Final ao Projeto de Lei nº 358/12

Concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Padre Luiz Alberto Kleina.

Art. 1º Fica concedido o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Padre Luiz Alberto Kleina.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Sala das Sessões, 22 de outubro de 2012.

  
ALEXANDRE CURI  
Deputado Estadual



  
RELATOR





PROJETO DE LEI

988/

2011

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 15 DEZ 2011

1º Secretário

Súmula: Proíbe a utilização de equipamentos em veículos, que produzam som, em nível de pressão sonora acima de 80 dB (oitenta decibéis), no âmbito do Estado do Paraná, conforme especifica.

Art. 1º Fica proibida a utilização de equipamentos em veículos, que produzam som, em nível de pressão sonora acima de 80 dB (oitenta decibéis), medidos a 7m (sete metros) de distância do veículo, em vias públicas.

Parágrafo único. A medição da pressão sonora de que trata o caput deste artigo, se fará em via aberta à circulação com a utilização de decibelímetro, reconhecido pelo INMETRO.

Art. 2º Excetuem-se ao disposto do artigo 1º desta Lei, os ruídos produzidos por:

I- Buzinas, alarmes, sinalizadores de marcha-à-ré, sirenes, pelo motor e demais componentes obrigatórios do próprio veículo;

II- Veículos prestadores de serviço com emissão sonora de publicidade, divulgação, entretenimento e

*[Assinatura]*



- III- comunicação, desde que estejam portando autorização emitida pelo órgão competente;
- IV- Veículos de competição e os veículos de entretenimento público, somente quando estiverem em locais de competição ou de apresentação devidamente estabelecidos e permitidos pelas autoridades competentes.

Art.3º As pessoas físicas e jurídicas que instalarem os equipamentos de som, em desacordo com o permitido nesta Lei, ficam sujeitas as mesmas sanções que o proprietário do veículo.

Art.4º A fiscalização do cumprimento desta Lei ficará a cargo do Instituto Ambiental do Paraná – IAP, nos termos do inciso V da Lei Estadual nº 11.352, de 13 de fevereiro de 1996 e da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Parágrafo único. A autoridade fiscalizadora deverá recolher o equipamento instalado no veículo e mantê-lo em sua posse até que se regularize o som em nível de pressão sonora abaixo de 80 dB (oitenta decibéis, medidos a 7m (sete metros) de distância do veículo, em vias públicas.

Q



Art.5º O descumprimento do disposto nesta Lei implicará em autuação e multa no valor pecuniário de 10 (dez) a 100 (cem) Unidades Padrão Fiscal do Paraná - UPF/PR e em caso de reincidência a multa será em dobro, assim sucessivamente.

Art.6º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das sessões.....2011

  
**LUIZ EDUARDO CHEIDA**  
**DEPUTADO ESTADUAL**



## JUSTIFICATIVA

Senhores Deputados. A proposição que ora apresento a Vossas Excelências e à sociedade paranaense, tem por objetivo primeiro proteger o direito de sossego dos cidadãos, esteja ele em meio urbano ou rural.

São muitas as notícias de pessoas que instalam em seus veículos, equipamentos de som com capacidade acústica absurda que ultrapassa a normalidade e agride a saúde humana.

Além da saúde, há que se observar que o direito de um acaba quando começa o direito do outro.

Importante dizer que a lei das Contravenções Penais (Decreto-Lei Federal nº 3.688/1941) no seu artigo 42, já estabeleceu pena de para aqueles que abusam de instrumentos sonoros ou sinais acústicos, assim como também a Lei Federal 9605/98, estabeleceu em seu art. 54 que causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que

G





resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora, também cabe punição.

Evidente que os danos causados são, primeiramente, de ordem moral, pois atingem a saúde e a tranquilidade das pessoas, podendo gerar danos de ordem psíquica.

Além disso, somam-se os danos materiais, como acontece quando a vítima, não conseguindo produzir seu trabalho em função da perturbação, sofre perdas financeiras.

A proteção da saúde humana é regulada pela já citada Resolução do CONAMA 001, de 08 de março de 1990, que considera um problema os níveis excessivos de ruídos bem como a deterioração da qualidade de vida causada pela poluição.

Além do que, os danos à audição, quando provocados por ruídos, são irreversíveis.

O doente no leito do hospital, o bebê que adormece no berço, o professor que tenta ensinar, o idoso que descansa...

*Q*





o furor com que o som martela em nossos ouvidos parece não ter limite do que é sensato e do que é insano.

Por todo o exposto, espero contar com o apoio dos nobres pares desta Casa de Leis a aprovação do presente Projeto de Lei.

**LUIZ EDUARDO CHEIDA**  
**DEPUTADO ESTADUAL**



**PARECER**

**Projeto de Lei nº 988/11**

**Autor: Deputado Luiz Eduardo Chelda**

**Súmula:** *Proíbe a utilização de equipamentos em veículos, que produzam som, em nível de pressão sonora acima de 80 Db (oitenta decibéis), no âmbito do Estado do Paraná, conforme específica.*

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Chelda, visa *proibir a utilização de equipamentos em veículos, que produzam som, em nível de pressão sonora acima de 80 Db (oitenta decibéis), no âmbito do Estado do Paraná.*

**FUNDAMENTAÇÃO**

Preliminarmente, há que se ressaltar a competência da Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa utilizada.



Quanto à proposta legislativa sob análise, observa-se que a Constituição Federal estabelece em seu artigo 24, VII, que compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde; (negritamos e grifamos)

### DA COMPETÊNCIA LEGISLATIVA

Cumprir dizer que a Carta do Paraná, em seu artigo 53, estabelece as competências da Assembleia Legislativa. Vejamos o citado dispositivo:

**Art. 53.** Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no art. 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

**I** - plano plurianual e orçamentos anuais;

**II** - diretrizes orçamentárias;



**III** - tributos, arrecadação e distribuição de rendas;

**IV** - dívida pública, abertura e operações de crédito;

**V** - planos e programas estaduais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

**VI** - normas suplementares de direito urbanístico, bem como de planejamento e execução de políticas urbanas;

**VII** - fixação e modificação dos efetivos da Polícia Militar;

**VIII** - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas na administração direta, autárquica e fundacional e fixação de remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;

**IX** - servidores públicos da administração direta, autárquica e fundacional, seu regime jurídico único, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis, reforma e transferência de militares para a inatividade;

**X** - criação, estruturação e definição de atribuições das Secretarias de Estado;

**XI** - organização do Ministério Público, da Procuradoria-Geral do Estado, da Defensoria Pública, do Tribunal de Contas, da Polícia Militar, da Polícia Civil e demais órgãos da administração pública;

**XII** - organização e divisão judiciárias;



XIII - bens do domínio público; (grifamos e negritamos)

XIV - aquisição onerosa e alienação de bens imóveis do Estado;

XV - transferência temporária da sede do Governo Estadual;

XVI - matéria decorrente da competência comum prevista no art. 23 da Constituição Federal;

○ XVII - matéria da legislação concorrente da Constituição Federal. (negritamos e grifamos)

É nítido que o **legislador estadual está revestido de competência para legislar** neste caso, concorrentemente com a União, visto que se apresenta Projeto de Lei, versando sobre **SAÚDE e PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE.**

○ Não há que se falar em vício de Iniciativa acerca do projeto de lei ora apresentado, visto que legislar é uma das atribuições do parlamentar, conforme confere a Constituição Estadual.

Insta dizer que legislar sobre trânsito e transporte é competência privativa da União, todavia, o projeto de lei ora em apreciação por esta Douta Comissão, não adentra competência de nenhum ente, apenas busca disciplinar o excesso de volume em veículos que transitam pelas vias





públicas, que perturbam o sossego alheio e afetam a saúde das pessoas.

Coube ao Código de Trânsito Brasileiro -CTB, disciplinar em capítulo próprio, a classificação dos veículos, das infrações e normas gerais de circulação e conduta. (art's.96, 161 e 26, )

Pois bem, ajustar as normas de circulação e conduta podem ser objeto de projetos de lei na esfera estadual.

O Saliente-se ainda que, zelar pela preservação da competência legislativa, em face da atribuição normativa de outros poderes, também é uma competência do parlamentar, com vistas ao Princípio da Separação dos Poderes, explicito no Inciso XXIX do art.54 da Constituição do Paraná.

A Carta da República já havia salientado que saudável seria para o Estado Democrático de Direito se os Poderes Públicos estivessem em harmonia. Vejamos o dispositivo constitucional.

O Art. 2º - São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

A Teoria da Separação dos Poderes, *mecanismo clássico de organização e limitação do poder político*<sup>1</sup>, na qual os poderes estatais distinguem-se em três esferas, quais sejam Executiva, Legislativa e Jurisdicional. Tal *produz um sistema de freios e contrapesos e permite que o "poder controle o próprio*

<sup>1</sup> JUSTEN FILHO, Marçal. *Curso de Direito Administrativo*, São Paulo: Ed. Saraiva, 2005. 1ed. pg. 23.



**Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**



*poder<sup>2</sup>, impedindo, por sua vez, que haja a concentração de todas as funções somente nas mãos de um único órgão do Poder Público.*

Essa separação, também denominada de divisão de poderes, *fundamenta-se, pois, em dois elementos: especialização funcional, significando que cada órgão é especializado no exercício de uma função; e independência orgânica, significando que, além da especialização funcional, é necessário que cada órgão seja efetivamente independente dos outros, o que postula ausência de meios de subordinação. Trata-se, pois, como se vê, de uma forma de organização jurídica das manifestações do Poder<sup>3</sup>.*

Diante do exposto, somos pela APROVAÇÃO da presente matéria.

Sala das Comissões, em 24 de abril de 2012

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**

**Presidente**

  
**DEPUTADO NEREU MOURA**

**RELATOR**

<sup>3</sup> AFONSO DA SILVA, José. *Curso de Direito Constitucional Positivo*, São Paulo: Ed. Malheiros, 2006, 29ed. pg. 109.





ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



*Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação*

Presidente: Deputado Marcelo Rangel  
Vice-Presidente: Deputado Francisco Böhner  
MEMBROS

Deputado Adalino Ribeiro; Deputado Bler; Deputado Elton Welter;  
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Tarso Kato.

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 988/2011**

Projeto de Lei nº 988/2011

Autor: Deputado Luiz Eduardo Cheida

Súmula: Proíbe a utilização de equipamentos em veículos, que produzam som, em nível de pressão sonora acima de 80 DB (oitenta Decibéis), no âmbito do Estado do Paraná, conforme específica.

**I - PREÂMBULO**

O presente Projeto de Lei 988/11, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, proíbe a utilização de equipamentos em veículos, que produzam som em nível de pressão sonora acima de 80 DB (oitenta Decibéis), no âmbito do Estado do Paraná.

**II - RELATÓRIO**

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no Projeto de Lei nº 988/2011, na qual passo a relatar:

No que tange ao mérito da matéria, resta evidente não existir qualquer impedimento para a tramitação da presente proposição em tela, uma vez que o projeto visa proibir a utilização de equipamentos em veículos, que produzam som acima de 80 DB. Tais equipamentos acabam causando um dano tanto a saúde das pessoas, quanto ao convívio dos cidadãos em nosso Estado. O que se busca com a proposição do Nobre Deputado é proteger o direito de sossego dos cidadãos, esteja ele no meio urbano ou rural.

Cumpré a nós destacar que "*Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos*", nos termos do disposto no Art. 33, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Desta Forma, ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância de tal proposição. O Projeto de Lei 988/11 em análise desta Comissão, no que justifica-se, está adequado a norma legislativa bem como sem quaisquer impedimentos para sua tramitação.

### III - CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, venho relevar o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: "A cooperação entre Estado, a União e os Municípios será deslida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal". (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).

O presente projeto de lei pretende cumprir requisitos já estabelecidos na Resolução 204 de 20 de Outubro de 2006, exarado pelo Conselho Nacional de Trânsito sendo, portanto de extrema relevância para o Estado do Paraná.

### IV - VOTO DO RELATOR

: Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados a matéria, não vislumbra-se impedimentos no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposta encontra méritos indiscutíveis ao vir de encontro ao interesse comum meramente justificado, restando desta forma, grandes benefícios para seguir sua tramitação.

Assim opto pelo Parecer Favorável ao referido Projeto de Lei 988/11, em sua forma apresentada.

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

Sala das Comissões em 02 de maio de 2012.

MARCELO RANGEL

Presidente da Comissão

TERUO KATO

Relator



# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANA

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



## PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 988/11

Projeto de Lei nº 988/11

Autor: Deputado Luiz Eduardo Cheida

Súmula: Proíbe a utilização de equipamentos em veículos, que produzam som em nível de pressão sonora acima de 80 Db (oitenta decibéis), no âmbito do Estado do Paraná, conforme específica.

EMENTA: PROIBIÇÃO, UTILIZAÇÃO, EQUIPAMENTOS SONOROS, VEÍCULOS, PRESSÃO SONORA 80 DB. MÉRITO. PARECER FAVORÁVEL.

### PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, proíbe a utilização de equipamentos em veículos, que produzam som, em nível de pressão sonora acima de 80 DB (oitenta decibéis), no âmbito do Estado do Paraná.

Pelo conteúdo conceitual, podemos entender ruído como sendo o *"som provocado pela queda de um corpo, som confuso e/ou prolongado, qualquer som"* e por som como sendo *"fenômeno acústico, propagação de ondas sonoras produzidas por um corpo que vibra em meio material elástico, som musical"*.

O Código de Trânsito Brasileiro, em seu artigo 227, capítulo XV estabelece vários princípios relacionados à emissão de ruídos e sons. Esta preocupação certamente se dá, pela preocupação com o prejuízo ocasionado à segurança viária e, especialmente, à saúde humana.



# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



## FUNDAMENTAÇÃO

Em conformidade com o art. 33 k, concomitantemente com os arts. 42 e 50 III, do Regimento Interno desta Casa de Leis, na qualidade de relator da matéria constante do Projeto de Lei 988/2011, tenho a relatar:

Atualmente, a emissão irregular de ruídos e sons passou a ser um dos principais problemas dos centros urbanos, especialmente aqueles ruídos originados de veículos pelos seguintes equipamentos: motores, buzinas, alarmes e aparelhagem de som, usados de forma comercial, ou de lazer.

Estudos demonstram que a ruídos excessivos ou acima dos níveis permitidos provocam malefícios à saúde humana, causando aos indivíduos, distúrbios físicos e mentais. A emissão irregular destes ruídos, ou sons ocasionam perturbações à segurança viária, ao sossego público, ofendendo o meio ambiente e afetando o interesse coletivo. Dependendo da intensidade, os sons ou ruídos podem causar desatenção e perturbação aos sinais sonoros no trânsito. Ao trafegar numa via pública o motorista que está no veículo que origina a emissão das ondas sonoras em volumes exorbitantes, pode ser impedido, bem como impedir outros motoristas que trafegam na via a ouvirem: ordens dos agentes de trânsito, dispositivos de alarme de veículos de emergência/segurança e sinais de advertência de outros veículos – arts. 29, VI e 41 do CTB. Além disso, o volume elevado dos aparelhos de sonorização automotiva podem provocar: estresse, distúrbios físicos, mentais, psicológicos, insônia e os conhecidos problemas auditivos (perda da capacidade auditiva mínima até a surdez).

A dificuldade na aplicabilidade de sanções severas através da proibição dessa prática faz com que diversas normativas sejam adotadas por Estados e municípios visando coibir o uso indevido de equipamentos de som automotivo fora das especificações permissíveis, objetivando a convivência saudável no ambiente, seja no trânsito ou em outros locais.

Estas Leis são meritórias, pois atendem as particularidades regionais, e são ferramentas importantes no cumprimento do estabelecido pelas leis maiores. O Projeto de Lei 988/11, é amparado legalmente pelo Art. 24, Inciso XII da Carta Magna que trata da legislação concorrente entre a União, Estado e Municípios, vejamos:

**Art. 24.** Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

R



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANA**  
**Centro Legislativo Presidente Amíbal Khury**



**XII - previdência social, proteção e defesa da saúde; (negrito e grifo  
nosso)**

Por estas razões, após analisar o mérito da matéria constante do Projeto de Lei 988/11, opino pela continuidade de sua tramitação, estando esta adequada às normas legais, constitucionais e de técnica legislativa, O **PARECER É FAVORÁVEL.**

  
**DEPUTADO ESTADUAL**

**Presidente em exercício**

  
**DEPUTADO RASCA RODRIGUES**

**Relator**









Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO



PARECER AO PROJETO DE LEI 988/11

AUTOR: DEP. LUIZ EDUARDO CHEIDA

**SÚMULA:** Proíbe a utilização de equipamentos em veículos, que produzam som, em nível de pressão sonora acima de 80 db (oitenta decibéis), no âmbito do Estado do Paraná, conforme especifica.


**FUNDAMENTAÇÃO**

O presente projeto de lei recebeu pareceres favoráveis das Comissões: Constituição e Justiça, Obras Públicas, Transportes e Comunicações e Ecologia e Meio Ambiente. Como a poluição sonora pode causar danos à saúde humana, afetando os sistemas auditivo e nervoso das pessoas. A legislação ambiental disciplina o controle da poluição de um modo geral, por exemplo obrigando o licenciamento ambiental de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras, entre elas as que emitem elevados níveis de sons, ruídos e vibrações que prejudiquem a saúde.

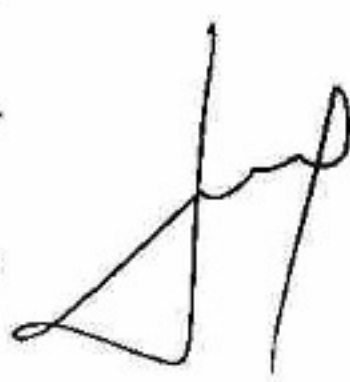
**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **LEGALIDADE** e **CONSTITUCIONALIDADE**.

Sala das Comissões, 2 de julho de 2012.

  
DEPUTADO ANDRÉ BUENO  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO DÚLIO GENARI  
RELATOR





ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO  
DO PARANÁ

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*



PROJETO DE LEI Nº 330/12

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 03 JUL. 2012

*[Signature]*  
1º Secretário

SÚMULA: Declara de utilidade pública estadual o Centro de Orientação e Apoio sócio-familiar do Adolescente em Liberdade Assistida (COALA), com sede e foro no município de Jaguariáva.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual o Centro de Orientação e Apoio sócio-familiar do Adolescente em Liberdade Assistida (COALA), com sede e foro no Município de Jaguariáva.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação

Sala das Sessões, em

*[Signature]*  
MARCELO RANGEL  
Deputado Estadual

1457 03/07/2012 08:41:59 MP ASSINADA LEGISLATIVA DO PARANÁ



JUSTIFICATIVA:



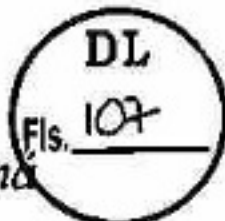
A propositura em tela tem como objetivo declarar de utilidade pública o Centro de Orientação e apoio sócio-familiar do adolescente em liberdade assistida (COALLA).

Tem por finalidade a execução da medida socioeducativa de Liberdade Assistida de forma a efetivar o acompanhamento, orientação e prestar auxílio ao adolescente envolvido com a prática de ato infracional.

A associação atende os requisitos legais deste Estado, conforme documentação em anexo. Portanto, requer-se o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição parlamentar.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 330/2012**

Projeto de Lei nº. 330/2012

Autor: Deputado Estadual Marcelo Rangel

*Súmula: Declara de Utilidade Pública o Centro de Orientação e Apoio Sócio-Familiar do Adolescente em Liberdade Assistida (COAALA), com sede e foro no Município de Jaguariáva.*

**EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA  
- LEI Nº 16.888/2011 - REQUISITOS  
PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Marcelo Rangel, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual o *Centro de Orientação e Apoio Sócio-Familiar do Adolescente em Liberdade Assistida (COAALA), com sede e foro no Município de Jaguariáva, Estado do Paraná.*

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:



**Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**



Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.  
(grifo nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente entidade é de Associação Privada sem fins lucrativos, e tem como finalidade a assistência social e educação, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I - pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;

II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer FAVORÁVEL à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 07 de agosto de 2012.

DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

DEPUTADO DULCIO GENARI  
RELATOR

Praça Nossa Senhora da Saúde s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

422/12



**SÚMULA:** Acrescenta inciso ao artigo 103 da Lei Complementar nº 113, de 15 de dezembro de 2005 - Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

**Art. 1º** Acrescenta inciso ao artigo 103 da Lei Complementar nº 113, de 15 de dezembro de 2005, com a seguinte redação:

**XVI** - o produto, parcial ou total, da remuneração das aplicações financeiras do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

**Art. 3º.** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, EM \_\_\_\_ DE \_\_\_\_ DE 2012.




## EXPOSIÇÃO / JUSTIFICATIVA

O presente Anteprojeto de Lei propõe acréscimo de inciso ao artigo 103 da Lei Complementar nº 113, de 15 de dezembro de 2005 - Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Paraná -, com o objetivo de incluir nova receita a ser arrecada pelo Fundo Especial de Controle Externo desse Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

A receita proveniente do produto, parcial ou total, da remuneração das aplicações financeiras do Tribunal de Contas, não está elencada no rol de receitas a serem arrecadadas pelo Fundo, dessa forma, o valor correspondente está compondo o percentual constitucional a que tem direito esse Tribunal de Contas, conforme artigo 7º, parágrafo único, da Lei 16.889/11. Com a aprovação desse Anteprojeto de Lei, esta receita será revertida ao Fundo.

O Fundo Especial de Controle Externo tem por finalidade auxiliar o Tribunal de Contas no desenvolvimento de suas atividades institucionais, suprindo com recursos financeiros necessários para fazer face às suas despesas operacionais, tais como: aquisição, construção, ampliação, adaptação, reforma de materiais e equipamentos, em imóveis destinados ao Tribunal de Contas, inclusive que proporcionem condições de acessibilidade às pessoas idosas e portadoras de necessidades especiais; aquisição de equipamentos e material permanente; implementação dos serviços de informática; elaboração e execução de programas e projetos de atuação para implementar sua política institucional; despesas de custeio, exceto com encargos de pessoal; despesas relativas ao desenvolvimento de programas de qualidade e produtividade; despesas relativas a treinamento, aperfeiçoamento, capacitação e qualificação profissional dos servidores do Tribunal, bem como do desenvolvimento de programas de qualificação e capacitação de gestores de entidades sujeitas à fiscalização do Tribunal de Contas.



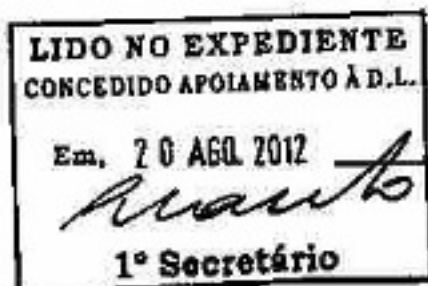


TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA



Ofício nº 313/12/OIN-GP

Curitiba, 10 de agosto de 2012.

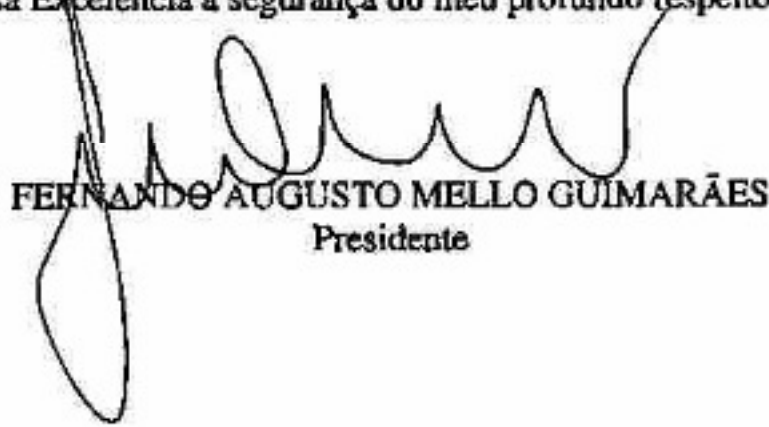


Senhor Presidente,

I - À DAP para leitura no expediente  
II - À DL para providências.  
Em, 14/08/2012  
Assinatura manuscrita  
Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para a superior deliberação dessa Casa de Leis, o anexo Anteprojeto de Lei, que trata da de acréscimo de inciso ao artigo 103 da Lei Complementar nº. 113, de 15 de dezembro de 2005 – Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Certo do acolhimento da proposição, que se reveste de transcendental importância para esta Corte, aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência a segurança do meu profundo respeito.

  
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES  
Presidente

Exmo. Senhor Deputado  
VALDIR LUIZ ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
Centro Cívico  
N/CAPITAL

leg





Publicado no Acessar Diário Oficial nº 7123 de 15 de Dezembro de 2005

**Súmula:** Dispõe sobre a "Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Paraná".

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

## **SEÇÃO II**

### **Do Fundo Especial do Controle Externo do Tribunal de Contas**

**Art. 102.** Fica instituído o Fundo Especial do Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná - FETC/PR, sendo o gestor o Tribunal de Contas do Estado, na pessoa de seu Presidente.

**Art. 103.** Constituem-se receitas do Fundo Especial do Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná:

**I** - dotação orçamentária própria, os recursos transferidos por entidades públicas e os créditos adicionais que lhe venham a ser atribuídos;

**II** - ...Vetado...

**III** - receita decorrente da cobrança de cópias reprográficas extraídas pelo Tribunal de Contas para terceiros;

**IV** - taxas de inscrição em cursos, seminários, conferências e outros eventos culturais patrocinados pelo Tribunal de Contas;

**V** - taxas de inscrição em concursos públicos realizados pelo Tribunal de Contas;

**VI** - o produto de alienação de bens móveis e imóveis, incluídos na carga patrimonial do Tribunal de Contas;

**VII** - valores decorrentes de cobrança pelo fornecimento de produtos de informática em impressos e mídias eletrônicas;

**VIII** - receitas oriundas de convênios, acordos ou contratos firmados pelo Tribunal de Contas;

**IX** - auxílios, subvenções, doações, legados e contribuições de pessoas físicas e jurídicas de direito privado ou público;

**X** - ...Vetado...



X - multas aplicadas no âmbito administrativo do Tribunal de Contas;  
(Dispositivo promulgado pela Assembleia Legislativa e publicado em 03/05/2006 pela Lei Complementar 113 de 15/12/2005)

XI - taxa de ocupação das dependências de Imóveis do Tribunal de Contas;

XII - recursos provenientes de reembolso de despesas com telefonia;

XIII - o produto, parcial ou total, da remuneração das aplicações financeiras do próprio Fundo;

XIV - receita decorrente do custo de operacionalização dos descontos efetuados nas folhas de pagamento do Tribunal de Contas, em decorrência da inclusão de descontos consignáveis;

XV - outras receitas eventuais.

§ 1º. As receitas do FETC/PR não integram o percentual da receita estadual destinado ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, definido na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual.

§ 3º. Os recursos do Fundo Especial do Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná serão recolhidos em conta específica, junto à instituição financeira oficial definida pelo seu Conselho de Administração.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



PARECER AO PROJETO DE LEI 422/2012

Projeto de Lei nº 422/2012  
Autor: Tribunal de Contas

**Súmula:** Altera dispositivo que especifica, da Lei Complementar n.º. 113/2005 – Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

**EMENTA:** ALTERA DISPOSITIVO DA LEI COMPLEMENTAR N.º. 113/2005. LEI ORGÂNICA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTIGO 77 DA CE. ART. 2º LC 113/05. LC 101/00. LC 95/98. LEGAL CONSTITUCIONAL PARECER PELA APROVAÇÃO NA FORMA DA EMENDA MODIFICATIVA EM ANEXO.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Tribunal de Contas objetiva à alteração da Lei Complementar n.º. 113/2005 – Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, visando incluir o inciso XVI ao art. 103 e, assim, determinar mais uma receita do Fundo Especial do Controle Externo do Tribunal de Contas do Paraná, qual seja: "o produto, parcial ou total, da remuneração das aplicações financeiras do Tribunal de Contas do Estado do Paraná".



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33- A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:  
I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a competência do Tribunal de Contas, temos o que segue, conforme **CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DO PARANÁ**, senão vejamos:

Art. 77. O Tribunal de Contas, integrado por sete conselheiros, tem sede na Capital do Estado, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território estadual, exercendo, na que couber, as atribuições previstas no art. 101 desta Constituição.  
(vide ADIN 2309-8) (vide ADIN 1190-1)

O tribunal possui seu Regimento Interno, que normatiza as questões internas, que segue:

Art. 1º O Tribunal de Contas do Estado, órgão constitucional de controle externo, integrada por 7 (sete) Conselheiros e com sede na Capital do Estado e jurisdição em todo o território do Estado do Paraná, tem



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



sua competência definida nas Constituições Federal e Estadual e em sua Lei Complementar n.º 113, de 15 de dezembro de 2005.

Para gerir a sua administração interna, o Tribunal de Contas do Paraná possui sua Lei Orgânica própria, a qual foi criada pela Lei Complementar 113 de 15 de Dezembro de 2005.

Ora, o artigo 2º determina expressamente a autonomia funcional, administrativa e financeira do Tribunal de Contas, conforme segue:

Art. 2º Ao Tribunal de Contas é assegurada autonomia funcional, administrativa e financeira, competindo-lhe, especialmente:

(...)

X - adquirir, alienar bens e contratar obras e serviços, obedecidos os dispositivos da lei n.º. 8.666/93 bem como da lei n.º. 10.520/02;

(...)

XII - exercer outras funções e atribuições inerentes à sua autonomia e finalidades. (Grifos Nossos)

Vistumbra-se, portanto, que o Tribunal de Contas detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Ainda, o projeto de lei encontra-se de acordo no que se refere a Lei Complementar Federal n.º. 101/00; uma vez que o referido projeto não acarreta aumento de despesa.



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**



Por fim, como o Projeto de Lei está em desacordo com o art. 10, inciso I, da Lei Complementar 95/98; uma vez que os artigos não estão enumerados corretamente, sugere-se a Emenda Modificativa em anexo, com fulcro no artigo 137, §4º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná para a sua devida aprovação.

Art. 10. Os textos legais serão articulados com observância das seguintes princípios:

I - a unidade básica de articulação será o artigo, indicado pela abreviatura "Art.", seguida de numeração ordinal até o nono e cardinal a partir deste;

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, na forma da **EMENDA MODIFICATIVA** em anexo, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE**, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

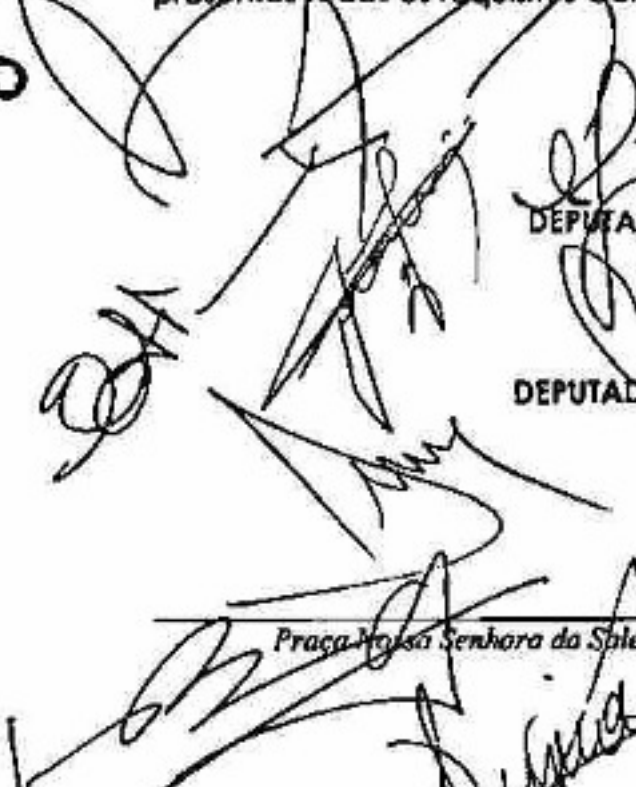
Sala das Comissões, 28 de Agosto de 2012.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS


PRESIDENTE

  
DEPUTADO ALEXANDRE CURI

RELATOR

  
Praça Nossa Senhora da Saúde s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

**APROVADO**

  
Em anexo 28/08/12





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI N.º 422/2012**

De acordo com o que determinam os artigos 29 e 137, § 4º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, fica modificada a denominação do "Art. 3º", do Projeto de Lei 422/2012, para "Art. 2º", conforme segue:

**Art. 2º** - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 28 de Agosto de 2012.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**

**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO ALEXANDRE CURI**

**RELATOR**

**APROVADO**

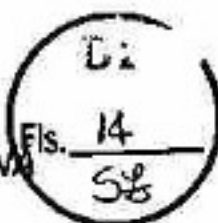
*Unanime 28/08/12*

*Praça Nossa Senhora da Saúde s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná*





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças



**PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 422/12**

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo artigo 33-B, do Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Tribunal de Contas – Ofício nº 313/12 que acrescenta o inciso XVI ao art. 103 da Lei Complementar nº 113/05 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Paraná), visando incluir uma nova receita a ser arrecadada pelo Fundo Especial de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Preliminarmente denota-se que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Alexandre Curi e após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a enaltecer a iniciativa, nada encontrando que possa obstar a normal tramitação processual legislativa.

Denota-se ainda, que a matéria objeto do presente Projeto de Lei, não fere aos ditames da Lei Complementar Federal nº 101/00, visto que a matéria em questão não traz aumento de despesa.

De igual modo, constata-se que a Constituição do Estado em seu art. 77, ressalta que a iniciativa privativa de matérias dessa natureza é do Presidente do Tribunal de Contas do Estado.

Constata-se ainda que a Lei Complementar nº 113/2005 em seu art. 2º assegura ao Tribunal de Contas a autonomia funcional, administrativa e financeira.



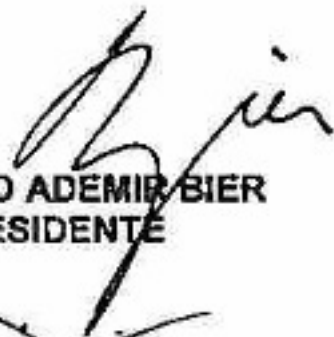
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças




Isto posto, nada encontramos que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 10/09/12

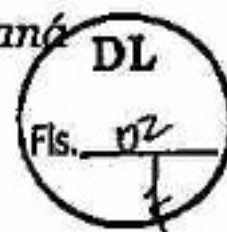
  
DEPUTADO ADEMIR BIER  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO MARIA TURECK  
RELATOR



Diretoria  
Legislativa

*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*17ª Legislatura - 2ª Sessão Legislativa*



**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 04/12**

**LIDO NO EXPEDIENTE**  
**CONCEDIDO APOIAMENTO A D.L.**

Em, 22 OUT. 2012

*Ruy*  
**1º Secretário**

**Autoriza o Governador do Estado a se afastar do país em missão oficial.**

Art. 1º Fica o Governador do Estado autorizado a se afastar do país de 28 de outubro a 12 de novembro de 2012, em viagem à China, ao Líbano e à Itália, em missão oficial.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 22 de outubro de 2012.

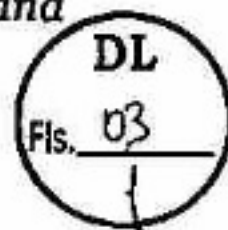
*Valdir Rossoni*  
Deputado Valdir Rossoni  
PSDB

*TRAIANO*



*Diretoria  
Legislativa*

*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
17ª Legislatura - 2ª Sessão Legislativa*



**JUSTIFICATIVA**

Através do Ofício 218, de 18 de outubro de 2012, o Governador do Estado solicita autorização desta Casa para se ausentar do país em missão oficial, haja vista que o período de afastamento é superior a quinze dias.

Referida missão oficial será cumprida na China, no Líbano e na Itália.

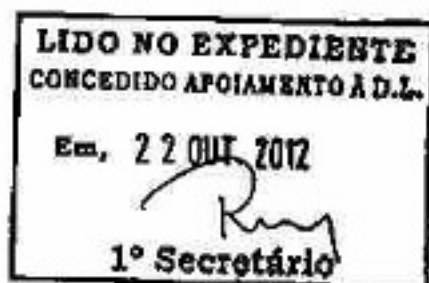
Nos termos do artigo 54, inciso X, da Constituição Estadual, é competência privativa da Assembleia conceder licença ao Governador para se afastar do país por período superior a quinze dias.



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

Palácio Iguaçu – Curitiba, 18 de outubro de 2012  
OF CEE/G 218/12



I – À DAP para leitura no expediente  
II – À DL para providências.

Em 22/10/2012

Presidente

Senhor Presidente,

Reporto-me ao Ofício CEE/G 216, com data de 9/10/12, para comunicar a Vossa Excelência, nos termos constitucionais, que estarei afastado do País, no período de 28/10 a 12/11/2012, em viagem à China, ao Líbano e à Itália, objetivando cumprir missão oficial.

Atenciosamente,

  
CARLOS ALBERTO RICHA  
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
CURITIBA – PR

CEE/CEVF/JC

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Saetia, s/n | Centro Cívico | 80530-909 | Curitiba | Paraná | Brasil  
Fone: (41) 3350 2800 | Fax: (41) 3254 7345 | [www.pr.gov.br](http://www.pr.gov.br)

14:20 22/10/2012 006391 00 00292139 LIGS LITUA DO PARANÁ



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

Palácio Iguaçu – Curitiba, 9 de outubro de 2012  
OF CEE/G 216/12

I – À DAP para leitura no expediente  
II – À DL para providências.

Em 12/10/2012

Presidente

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, nos termos constitucionais, que estarei afastado do País, no período de 29/10 a 12/11/2012, em viagem para a China, Líbano e Itália, objetivando cumprir missão oficial.

Atenciosamente,

  
CARLOS ALBERTO RICHA  
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
CURITIBA – PR

CEE/GAM/JLI

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora do Saete, s/n | Centro Cívico | 80530-909 | Curitiba | Paraná | Brasil  
Fone: (41) 3350 2800 | Fax: (41) 3254 7345 | [www.pr.gov.br](http://www.pr.gov.br)





# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

000000.03

I - RECEBIDO  
II - PROTOCOLE-SE  
III - DECORRIDO PRAZO REGIMENTAL DE 24H, INCLUIR NA  
SESSÃO PLENÁRIA PARA DELIBERAÇÃO  
IV - AO DIA PARA PROVOCAÇÃO DAS  
SALA DAS SESSÕES DATA

PRESIDENTE

## REQUERIMENTO

Requer a Transformação das Sessões  
Plenárias, ordinária e extraordinárias do dia  
23 de outubro, próxima terça-feira, em  
Comissão Geral de Plenário para votação do  
Projeto de Decreto Legislativo nº 004/12.

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requer, com fundamento no art. 107 do Regimento Interno desta Casa, após ouvido o Douto Plenário, diminuição de interstício e transformação das Sessões Plenárias, Ordinária e Extraordinárias de 23 de outubro, em Comissão Geral de Plenário, para discussão e votação do Projeto Decreto Legislativo nº 004/12 de autoria desta Presidência.

Sala das Sessões em, 22 de outubro de 2012 de 2012.

*Assinaturas manuscritas:*

- Assinatura 1: [Assinatura]
- Assinatura 2: [Assinatura]
- Assinatura 3: [Assinatura]
- Assinatura 4: [Assinatura]
- Assinatura 5: [Assinatura]
- Assinatura 6: [Assinatura]
- Assinatura 7: [Assinatura]
- Assinatura 8: [Assinatura]
- Assinatura 9: [Assinatura]
- Assinatura 10: [Assinatura]
- Assinatura 11: [Assinatura]
- Assinatura 12: [Assinatura]
- Assinatura 13: [Assinatura]
- Assinatura 14: [Assinatura]
- Assinatura 15: [Assinatura]
- Assinatura 16: [Assinatura]
- Assinatura 17: [Assinatura]
- Assinatura 18: [Assinatura]
- Assinatura 19: [Assinatura]
- Assinatura 20: [Assinatura]



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER AO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 004/12**

**Projeto de Decreto Legislativo nº 004/12**  
**Autor: Deputado Valdir Rossoni**

**Súmula:** Autoriza o Governador do Estado a se afastar do País em missão oficial.

**EMENTA:** DECRETO LEGISLATIVO QUE VISA AUTORIZAR O GOVERNADOR DO ESTADO A SE AFASTAR DO PAÍS EM MISSÃO OFICIAL. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. ARTS. 33-A, 117, 121, 124 E 223 DO REGIMENTO INTERNO ALEP. ART. 54, X, DA CE. CONSTITUCIONAL E ILEGAL. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

**PREÂMBULO**

O presente Projeto de Decreto Legislativo, de iniciativa do Deputado Valdir Rossoni, autoriza o Governador do Estado a se afastar do País em missão oficial.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

Ainda, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de decreto legislativo ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:

**Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.**

**Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.**

O Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná determina em seu **artigo 117** que proposição é toda matéria sujeita à deliberação desta Assembleia e consistem em projetos de lei, projetos de resolução, projetos de decreto legislativo, emendas, indicações e requerimentos:





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

Art. 117 Proposição é toda matéria sujeita à deliberação da Assembléia, que será recebida pela Mesa, numerada, datada, despachada às comissões competentes e publicada no Diário da Assembléia e em avulsos, para serem distribuídas aos Deputados, às Lideranças e às comissões.

§ 1º As proposições poderão consistir de projetos de lei, projetos de resolução, projetos de decreto legislativo, emendas, indicações e requerimentos.

A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ aduz em seu **artigo 54** que é de competência privativa da Assembleia Legislativa autoriza o Governador a se ausentar do País por qualquer tempo, quando a ausência exceder a quinze dias:

Art. 54. Compete, privativamente, à Assembléia Legislativa:

X - conceder licença, bem como autorizar o Governador e o Vice-Governador a se ausentarem do País por qualquer tempo, e do Estado, quando a ausência exceder a quinze dias.

Ademais, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece em seu art. 223, que recebido o pedido de licença do Governador ou Vice-Governador do Estado para ausentarem-se do País, por mais de quinze dias, a Comissão de Constituição e Justiça, no prazo de três dias, opinará a respeito:



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**Art. 223** Recebido o pedido de licença do Governador ou Vice-Governador do Estado para ausentarem-se do País ou do Estado, por mais de quinze dias, a Comissão de Constituição e Justiça, no prazo de três dias, opinará a respeito.

Com efeito, o Regimento Interno, ao regulamentar as hipóteses para elaboração do Decreto Legislativo, menção, em seu **art. 121, §3º**, *autorização para o Governador se afastar do País, por mais de quinze dias, senão vejamos:*

**Art. 121** A Assembléia exerce a sua função Legislativa por via de Projetos de Lei, de Resoluções ou de Decretos Legislativos.

**§ 3º** Os projetos de Decreto Legislativo destinam-se a regulamentar as matérias de competência, exclusiva da Assembléia, que não estejam definidas como matéria de projeto de resolução tais como:

**IV** - autorização para o Governador e Vice-Governador se afastarem do País ou do Estado, por mais de quinze dias;

Assim, resta claro que o Projeto de Decreto Legislativo encontra-se revestido de **LEGALIDADE**.

Por fim, no que tange à técnica legislativa, o Projeto de Decreto Legislativo ora em tela encontra-se em consonância com os ditames legais estabelecidos pela Lei Complementar Federal nº 95/98.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Decreto Legislativo, em face de sua **LEGALIDADE e CONSTITUCIONALIDADE**.

Sala das Comissões, 23 de outubro de 2012.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**

**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO NEREU MOURA**

**RELATOR**

  
**APROVADO**

*unânime 23/10/12*